



Santa Emília, o elo de Guarujá com o Império

Imóvel guarda características do século 19

SIMONE QUEIRÓS

DA REDAÇÃO

O único remanescente de um período obscuro da história guarujaense paira em plena Av. Adhemar de Barros, 571. No esplendor de uma arquitetura imponente que remete aos grandes sítios do Brasil imperial, o prédio conhecido como Casarão Santa Emília é uma relíquia que perece à espera de restauração.

O imóvel é o que restou do período que antecede a fundação da Vila Balneária, em 1893. Foi quando os empresários do ramo cafeeiro Elias Fausto e Elias Chaves instalaram na Cidade a Companhia Balneária da Ilha de Santo Amaro.

Antes disso, o que está nos livros é o Guarujá Colonial, período do qual emergiram a Ermida de Santo Antônio do Guaibê, o Forte São Filipe e a Armação das Baleias, todos na Serra do Guararu.

"Entre o descobrimento e a fundação da vila balneária há um vazio", afirma a arquiteta da Prefeitura de Guarujá Patrícia Regina Gomes de Lima. Foi para tentar descobrir um pouco do que aconteceu neste período que ela escolheu este tema para sua monografia de conclusão do curso de pós-graduação em Res-

Lenda

"Dizem que o último dono (João da Silva Monteiro) tinha dois filhos que morreram ainda crianças. Por isso, ele doou a propriedade com uma condição: que ali só fossem desenvolvidos projetos para crianças"

tauração do Patrimônio Histórico, na UniSantos, há seis anos.

TOMBAMENTO

O trabalho culminou com o pedido de tombamento do imóvel pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Para isso, ela chegou a reunir 1.200 assinaturas. O estudo de tombamento está em andamento desde 2006.

Patrícia descobriu, em pesquisas bibliográficas e levantamentos de campo, que o imóvel é o único exemplar arquitetônico representativo das fazendas e sítios do século 19 na Cidade.

O primeiro relato histórico sobre a existência de uma construção no local data de 1790,

embora a escritura tenha sido lavrada em 1864.

Mas a instalação da família Botelho data dos primeiros anos do século 19. Começou pela vinda do capitão Antonio Botelho de Carvalho, importante cidadão santista que adquiriu terras que percorriam o Morro Guarujá-Guassu, daí o nome da propriedade.

As terras foram herdadas pelo Major Higino Botelho de Carvalho e, em 1894, são descritas como sendo do seu filho, o poeta Vicente de Carvalho. Em 1909 o poeta vende o local.

Em 1914, já nas mãos do terceiro comprador, o sítio é descrito como contendo uma casa para moradia, coqueiras, lavanderia e demais dependências e benfeitorias. Após mais dois compradores, finalmente em 1925 a propriedade é adquirida pela Associação de Caridade Instituto Santa Emília.

Segundo Patrícia, quase nada se sabe sobre os antigos proprietários do casarão.

ESTADO

Em 1947 a propriedade do Santa Emília passa a ser ocupada pelo Serviço Social do Estado, através do Serviço de Abrigo e Triagem de Santos, que acolhia jovens infratores. Em 1962 o Governo funda o Instituto Santa Emília, subordinado à Secretaria de Promoção Social do Estado.

Originalmente o local era destinado a meninos de 7 a 18 anos abandonados, órfãos ou em extrema necessidade. As atividades do Santa Emília tinham como objetivo a reintegração dos jovens à sociedade.

Em 1982 o Instituto Santa Emília é desativado e ali é instalada a Febem. O projeto original da propriedade começa a ser então desmantelado, com a instalação de órgãos como o IAPAS, INPS e Defesa Civil.



Estado explica por que custo de ponte não está previsto

Secretário diz que obra não é questão de prioridade, mas de necessidade da Baixada

SIMONE QUEIRÓS
DA REDAÇÃO

"Essa informação é irresponsável e não reflete a nossa posição", disse o governador Geraldo Alckmin ao secretário de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, Paulo Alexandre Barbosa, na última sexta-feira. Ele se referia às notícias de que a construção da ponte estaiada ligando Santos a Guarujá estaria suspensa.

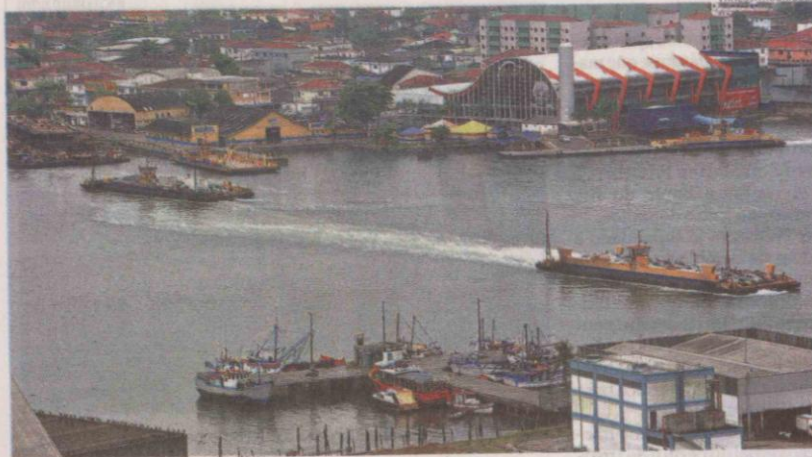
Barbosa garante que o fato dos recursos não constarem do orçamento não impede que a obra seja executada, inclusive ainda este ano. Apesar do assunto estar ligado à Secretaria de Transportes, Barbosa, que presidiu a Frente Parlamentar em Defesa da Ligação Seca, afirma que está acompanhando de perto as questões referentes à ponte.

"Essa não é uma questão de prioridade, mas sim de necessidade. A ligação é necessária para os moradores da Baixada Santista, Estado de São Paulo e do País. E ela precisa ser feita".

Tanto, que no próximo dia 10 ele tem uma reunião marcada com o secretário de Transportes, Saulo de Castro Abreu Filho. O encontro é para tratar deste e de outros assuntos envolvendo obras de infraestrutura na Baixada Santista. "Evidentemente que a ponte está dentro desse processo".

E é justamente o programa de investimentos em infraestrutura da pasta de Transportes que, segundo Barbosa, poderia destinar recursos para o início da construção. "O orçamento do Estado é programático. Existe a possibilidade dos programas de investimento para efetivar as obras".

Por isso, ele destaca que seria até irresponsabilidade do Governo destinar o total do em-



A ligação seca entre Santos e Guarujá é esperada não só pelos moradores da região como pelos turistas

Enquete

Você acredita que o projeto da ponte ligando Santos a Guarujá sairá do papel?



preendimento, de R\$ 700 milhões, já neste orçamento.

"Primeiro porque ela é uma obra cuja execução, depois que estiver licitada e contratada, vai levar 30 meses para ficar pronta. Para isso existe um cronograma de desembolso. Como existiria uma previsão no orçamento de R\$ 700 milhões este ano se a empresa responsável não está contratada? Não há como ter previsão do total de recursos no orçamento".

DINHEIRO NÃO É PROBLEMA

E se houver possibilidade do trabalho começar este ano, ele afirma que haverá recursos para isso. "Se tiver três meses, dois meses de execução, precisará de uma fração do montante, ou seja, proporcional".

Atualmente em fase de elaboração de projeto, a obra deve ainda passar pelo processo de Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental (Eia-Rima).

"Foi aprovado o traçado. Depois o Governo contratou a empresa pra desenvolver o projeto. O que pode acontecer é que o estudo de impacto ambiental exija algumas adequações no projeto. Mas sem o projeto básico pronto, não poderíamos fazer o impacto ambiental".

Paulo afirma que a expectativa é de agilidade com relação ao Eia-Rima, ainda mais porque o secretário de Meio Ambiente, Bruno Covas, conhece bem a realidade da Baixada Santista.

"Falar em prazos seria antecipar etapas. Só com o estudo de impacto ambiental é possível identificar as necessidades de adequação do projeto. Para fazer a licitação é preciso estar com estudo ambiental feito". O Eia-Rima pode ser concluído em cerca de seis meses. "É capaz de estar pronto ainda no primeiro semestre. Depois ocorre a licitação da obra, de 90 a 120 dias".



A Tribuna

Domingo, 06 de Janeiro de 2011

Governo analisa projeto de R\$ 1 bi

■ Há ainda outro plano de ligação seca entre Santos e Guarujá em análise. A Ecovias realizou um projeto básico, já apresentado ao Governo do Estado, para a construção de uma ponte ligando a Alemoa à Ilha Barnabé. O custo é de R\$ 1 bilhão.

O plano foi anunciado pela empresa em agosto de 2009, durante o Santos Export. A construção da ponte em troca de um aditivo ao contrato do Sistema Anchieta Imigrantes é uma das possibilidades consideradas pela empresa, que também poderia, caso ganhasse a licitação, administrar o empreendimento se ele fosse erguido e bancado pelo Estado.

A modelagem final não foi definida pelo Palácio dos Ban-

deirantes e o assunto é estudado em conjunto com a Prefeitura de Santos e a Codesp.

“Estamos aguardando as definições. A obra poderia até começar este ano, mas desde que autorizada e depois de passar por todos os processos exigidos para um empreendimento como este”, diz o assessor de Relações Externas da Ecovias, João Carlos Schleder.

Se concretizada, será a primeira ligação seca entre as duas margens do Porto de Santos que permitirá a passagem de caminhões. Ela seria uma ponte em arcos, com pilares afundados no estuário. A ponte conectaria a Via Anchieta à Rodovia Cônego Domênico Rangoni, com subida e descida pela Ilha Barnabé.

Prandi: “é estelionato eleitoral”

■ A deputada estadual Maria Lúcia Prandi (PT) classifica como “estelionato eleitoral do PS-DB” o fato da ponte, anunciada em 2009, ainda não estar sendo construída e nem constar do orçamento. “Apresentei emendas destinando recursos e elas não foram aprovadas. Depois denunciei que não havia recursos no orçamento”.

Ela afirma que está acompanhando o assunto de perto desde o primeiro momento, tendo participado de todas as reuniões e audiências.

“Primeiro o governador José Serra anunciou a construção do túnel, em janeiro de 2009. Ele ficaria pronto no final do ano e custaria R\$ 450 milhões. Já em maio de 2009 anunciou

Cobrança

“Todas as vezes eu cobre em relação aos prazos e sempre davam respostas evasivas. Quanto tempo e dinheiro não foram perdidos?”

Maria Lúcia Prandi, deputada estadual

que seria ponte estaiada, justificando que o túnel era inviável. A ponte ficaria então em R\$ 500 milhões. Mas quando Serra veio anunciar a maquete (março de 2010), o valor já era R\$ 700 milhões”. Para a deputada, há um desrespeito com a sociedade.